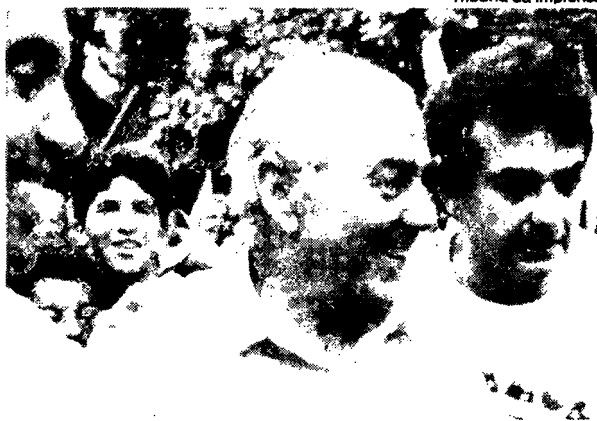


Aconteceu

Brasil vai às urnas para decidir seu destino



Lígia Dutra



Tribuna da Imprensa



Tribuna da Imprensa



Tribuna da Imprensa

Chegou a hora da decisão. A escolha do próximo Presidente da República está nas mãos do povo brasileiro. Está na consciência de cada cidadão que, após 30 anos, vai às urnas manifestar o sagrado direito do voto livre e soberano.

A Nação não vai se curvar diante dos oportunistas, dos fariseus, dos candidatos fabricados e dos medíocres que querem o poder apenas para perpetuar os anos de injustiça e de privilégios.

Do mais simples trabalhador aos intelectuais, profissionais liberais e cidadãos de todas as classes os direitos são iguais nesta hora. O que difere é a opção do voto: manter o regime que oprime ou iniciar a arrancada para a libertação de todo o povo. Esta caminhada começa agora.

Não se pode compreender a omissão, pois entre todos os nomes colocados estão representados todos os segmentos, matizes e classes que compõem o vasto espectro ideológico da Nação brasileira.

Vota Brasil.

Escolha quem mais se identifica com você, com sua luta, com sua esperança.

Inflação foi de 37,62% em outubro

A inflação oficial de outubro, anunciada dia 30, é de 37,62%. Mas o salário mínimo terá um reajuste recorde de 45,99% em novembro, chegando a NCz\$ 557,33. Esse aumento soma à correção monetária integral duas parcelas mensais de 3%, determinadas pela lei salarial que, baixada em junho, estava com a aplicação atrasada.

Os demais trabalhadores te-

rão reajustes que variam entre 31,07% e 51,73%, dependendo da faixa salarial e da data-base da categoria profissional. A poupança terá correção de 38,31% e os aluguéis anteriores a 15 de janeiro, que vencem em novembro, subirão 583,28%. Os novos contratos terão reajuste de 327,61% (semestral) e 211,58% (quadrimestral). (JB, 31/11/89)

Salário mínimo registra perda histórica

O salário mínimo no Brasil foi instituído em primeiro de maio de 1940. Através do Decreto-Lei 2.162, o Presidente Getúlio Vargas determinou que ele deveria ser suficiente para sustentar uma família de quatro pessoas. Segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicos (Dieese), no entanto, em outubro do ano passado o salário mínimo só conseguia cobrir 34,6% das necessidades básicas de uma família.

Desde a sua criação, o valor do salário mínimo tem variado independentemente do que está determinado na Lei. O mínimo sofreu seu primeiro reajuste em 1943 - quando ele equivalia a apenas 78,8% do seu valor inicial -, ainda durante o Governo Vargas.

Não houve qualquer reajuste no Governo Dutra e seu valor real estava reduzido a 36,8% do nível inicial. Novamente, Getúlio foi responsável pela recuperação do mínimo, em 1954, elevando-o a 98,9% de seu valor.

Durante o Governo de Juscelino Kubitschek, o salário atingiu seus maiores índices:

112,8% em 1956, 122,7% em 1957 e 119,5% em 1959, apesar da inflação acentuada do período. Durante o curto Governo de Jânio Quadros, em 1961, o valor se manteve em 111,5%. Com a instalação do regime parlamentarista (1961-1963), o mínimo voltou a cair, alcançando 101,8% em 1962 e 89,5% em 1963, durante o Governo de João Goulart.

Nos três primeiros Governos militares, o valor do salário mínimo foi reduzido a 92,5% em 1964, 76% em 1966, 70,4% em 1968, 68,9% em 1970, 64,8% em 1972 e 54,5% em 1974. Com a posse de Ernesto Geisel, houve um pequeno aumento, atingindo 61,3% de seu valor inicial em 1979. No Governo Figueiredo, o salário foi a 66% de seu valor inicial em 1982. Em 1985, caiu para 53,2%.

O salário mínimo atingiu em 1988, no Governo Sarney, o valor mais baixo da sua história: 34,6% de seu poder de compra inicial. A partir daí, passou a sofrer uma pequena recuperação pelo Congresso. Em agosto desse ano, equivalia a 37% do valor de 1940. (O Globo, 06/11/89)

Aconteceu n° 523
07 a 13 de novembro de 1989

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Lígia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Kátia Simões
Paulo Roberto S. Garcia

Produção Gráfica
Alcino Demby

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado n° 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 15,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 25,00

Distribuição da renda: um desafio aos presidenciaíveis

De acordo com dados divulgados pelo banco Mundial após pesquisa feita em 46 países, o Brasil possui a distribuição de renda mais injusta em todo o Mundo. Se no Brasil, segundo o censo de 1980, os dez por cento das pessoas mais ricas detinham 50,9% da renda nacional, nos Estados Unidos, em 1981, essa participação era de apenas 23%, enquanto na Suíça era de 23,7%, na Canadá 23,8%, no Japão 22,4%, na Alemanha Ocidental 24%, na França 26,4% e na Itália 28,1%.

O argumento quase sempre utilizado que aponta como causa de uma melhor distribuição de renda nestes países o fato de eles serem

mais desenvolvidos e possuírem mais riquezas que o Brasil é falso. Todos os países mais pobres que o nosso mencionados no mesmo relatório do Banco Mundial apresentavam taxas mais justas de distribuição de renda. Em Bangladesh, a participação dos dez por cento das pessoas mais ricas na renda nacional é de 29,5%. Na Índia, é de 33,6%.

A péssima distribuição de renda no Brasil está vinculada diretamente à má remuneração dos trabalhadores assalariados.

Analisando a massa salarial, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), 27,1% dos trabalhadores recebem até um salário mínimo, ou menos. Outros 43,4% recebem entre 1 a 3 salários mínimos. Ao todo, 70,5% dos assalariados ganham no máximo três salários mínimos.

Uma das principais preocupações do eleitor brasileiro, de acordo com recente pesquisa de opinião, é a má distribuição de renda no País. Por isso, a forma como cada candidato pretende resolver a questão pode decidir o voto de parcela significativa do eleitorado.

Dos candidatos ouvidos pelo O Globo, destacamos as propostas dos presidenciaíveis identificados com as lutas populares.

Lula

A distribuição de renda é o eixo do programa econômico da Frente Brasil Popular. Luís Inácio Lula da Silva tem como meta dobrar o valor do salário mínimo real em um ano e, ao fim do mandato, alcançar o índice estabelecido pelo Dieese, que hoje corresponde a cinco vezes o valor atual.

O PT não aceita a tese de que o salário deva subir com o aumento da produtividade, argumentando que a distribuição hoje tem que ser superior para compensar a concentração de renda dos últimos anos. Para Lula, a distribuição de renda trará estímulo ao crescimento econômico e com isso haverá necessidade de incentivo aos segmentos que fornecem insumos para a indústria e para a agricultura, para que a produção atenda à demanda.

Leonel Brizola

As disputas internas ente os economistas do PDT na elaboração de um programa econômico continuam, mas alguns pontos básicos são tocáveis por Brizola. Um deles seria a recuperação do crescimento econômico através do estancamento das "perdas internacionais".

O saldo na balança comercial é gasto quase que exclusivamente no pagamento dos juros da dívida externa, o que impede, segundo Brizola, o fortalecimento da poupança interna e, assim, a retomada do desenvolvimento e a geração de empregos. Brizola crê que isso só será possível com o fortalecimento das pequenas e médias empresas, além da criação de 25 milhões de propriedades urbanas e rurais e a implantação do Imposto sobre Grandes Fortunas.

Mário Covas

O candidato "tucano" defende uma "política de aumento do piso nacional de salários para reduzir o leque salarial". A velocidade desse processo dependeria do êxito obtido na taxa de crescimento econômico, na modernização da indústria, no aumento da oferta de bens e do número de empregos.

Uma política de "investimento com redistribuição" é a proposta defendida pelos "tucanos" para uma divisão mais justa da arrecadação. O PSDB pretende controlar os gastos públicos para diminuir a pressão sobre o Tesouro. A partir daí, aumentar a receita tributária líquida (pelo corte de subsídios e incentivos) e reduzir o endividamento público interno e externo. Só a partir desse conjunto de medidas seria possível fazer uma redistribuição de renda.

Roberto Freire

Resgatar os valores dos salários mínimo e médio da economia, diminuir as taxas de lucros e de juros e estimular os setores produtivos, em prejuízo da especulação financeira, são alguns dos pontos centrais da política de distribuição de renda do candidato do PCB. Ele defende um programa em que distribuir renda - ainda que longe do socialismo que o PCB quer - é essencial ao crescimento econômico, com estímulo ao mercado interno.

O PCB quer ainda a correção do salário mínimo pela inflação integral passada mais ganhos de produtividade e um diferencial que torne possível dobrar seu valor real. Já o salário médio seria ainda corrigido por um diferencial que permita à massa salarial representar pelo menos 50% do PIB. (O Globo, 06/11/89)

Inflação, inimiga número um dos candidatos

Principal preocupação do eleitor brasileiro, como apontam todas as pesquisas de opinião, a inflação, se torna, a poucos dias da eleição, tema que poderá determinar o voto de grande parte do eleitorado em um dos candidatos à presidência. Espécie de ferida que não cicatriza, problema insolúvel, "praga" que fez parte da vida de nossos avós e pais,

hoje presença obrigatória nos cálculos das despesas domésticas de qualquer família precavida e que pela insistência e tenacidade foi incorporada à cultura do País, o combate à inflação é tema permanente nos debates em que comparecem os candidatos.

Para se ter uma idéia de como a inflação tem interferido na vida

econômica do País, só no Governo Sarney ela alcançou 170.719,83%.

A maioria dos candidatos acha que a mudança que a eleição poderá trazer ao País, que passará a ter um Governo eleito diretamente e por isso mais comprometido com a sociedade, abre a perspectiva da solução de problemas graves como o da inflação.

Lula

O candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva (PT), tem um programa que prevê o ataque às causas primárias da inflação e do déficit público, através de um plano emergencial que envolve uma política de controle de preços e a suspensão do pagamento da dívida externa.

O "plano de emergência" da Frente Brasil Popular, a ser implementado logo após a posse de Lula, prevê o controle de preços através de um eventual congelamento temporário e de curto prazo.

Para atacar o déficit público, o grupo de economistas do PT que elaborou o programa do candidato propõe uma renegociação dos prazos e das condições de financiamentos da dívida interna, revisão dos subsídios hoje concedidos pelo Estado, elevação da arrecadação tributária e a implantação de uma política sobre sonegação que envolva o controle dos gastos da administração direta, com o combate à corrupção e aos funcionários fantasmas.

Leonel Brizola

O candidato Leonel Brizola (PDT) é categórico ao repetir que combaterá a inflação com ataques sistêmicos ao que ele batizou de "perdas internacionais". Nessa definição estariam incluídos os pagamentos dos atuais juros da dívida externa, a remessa de lucros pelas multinacionais, a falta de fiscalização do sistema bancário para inibir a fuga de divisas e a dependência tecnológica.

Na opinião de Brizola, o Governo precisará reformular o sistema financeiro, devolvendo ao setor produtivo grande parte do capital hoje "empadado na especulação". A inflação só existe, segundo Brizola, porque beneficia segmentos sociais "poderosos".

Apesar de não fazer apologia da desestatização, Brizola acha necessário o enxugamento da máquina administrativa após um minucioso estudo que identifique as áreas ociosas do Governo. O cancelamento de subsídios a muitas empresas privadas deverá ser outra arma brizolista no combate à inflação.

Mário Covas

A receita do candidato Mário Covas (PSDB) para combater a escalada inflacionária está vinculada a uma política de revisão dos recursos públicos.

-É ilusório procurar combater a inflação sem que se estanque a drenagem dos recursos públicos acarretada pela diminuição da receita tributária líquida e pelo aumento dos encargos financeiros - prevê o programa de governo dos tucanos. O plano aponta o endividamento externo como uma das causas da inflação, pois obriga a transferência de recursos e força o superávit na balança comercial.

Para o PSDB "os planos de emergência apenas acentuam o zigue-zague das políticas econômicas, sem definições de longo prazo e sem regras estáveis do jogo; contribuindo para aumentar a instabilidade e para deprimir o investimento privado". Para os técnicos tucanos da área econômica, só um governo novo, com autoridade e legitimidade, poderá propor soluções contra a crise.

Roberto Freire

Renegociar a dívida externa para diminuir o seu estoque e seu serviço, com uma moratória dos pagamentos durante a negociação, e alongar o perfil da dívida pública através da troca dos papéis de curto prazo por outros de longo prazo, são duas das medidas que Roberto Freire, candidato do PCB à Presidência da República, aponta para combater o processo inflacionário. Os comunistas defendem ainda o controle pelo Estado de todo o sistema financeiro e de câmbio.

Os comunistas querem redimensionar a política de incentivos fiscais, através do combate rigoroso à sonegação de impostos, aumento da carga líquida de arrecadação e austeridade no controle das despesas, especialmente de custeio. O PCB, no entanto, é contrário à visão que aponta o crescimento do Estado como causador do déficit público e, em consequência, da inflação, e é contra a privatização de estatais para combater estes problemas. (O Globo, 05/11/89)

Apuração vai começar 1 hora depois da votação

Por determinação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Francisco Rezek, a apuração de votos para presidente da República deverá começar no mesmo dia da eleição, 15 de novembro, às 18h, ou seja, uma hora após terminada a votação. A modificação do artigo 61 da Resolução 15.500 foi publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de setembro, e alterou os projetos de apuração de 16 zonas eleitorais do Rio, onde juízes haviam decidido iniciar a contagem dos votos às 8h do dia 16. Originalmente, o arti-

go dizia que a apuração poderia começar no mesmo dia, à medida que as urnas chegassem nas juntas apuradoras, ou na manhã do dia seguinte. As outras 10 optaram por começar mesmo no dia 15, durante reunião com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Jorge Loretti.

Todas as zonas eleitorais já foram avisadas da modificação e, para o desembargador, as cidades do interior do estado terão maior facilidade em apurar os votos no mesmo dia, por terem menos eleitores. O juiz da

17ª Zona Eleitoral, Sílvio Teixeira, que coordenou a organização da votação e da apuração, lembrou que em pequenos municípios as seções eleitorais são transformadas em juntas apuradoras, o que poderá atrasar o início da contagem de votos, mas sem prejudicar o andamento do processo. A apuração será, segundo o juiz, facilitada, por se tratar do voto para apenas um cargo. No TRE, as expectativas são de que já no dia 19 de novembro o candidato a presidente mais votado no Rio seja conhecido. (JB, 04/11/89)

Por que Sílvio reboca unanimidade nas críticas

Nenhuma candidatura à Presidência da República foi tão bombardeada pela imprensa brasileira quanto a de Sílvio Santos. Todos os jornais ressalvam que Sílvio tem o direito legal de postular a Presidência, mas atacam a maneira como foi efetivada a candidatura.

O que mais se criticou foi o oportunismo deste lançamento, no caso da campanha para o primeiro turno. "Sílvio vira candidato a 15 dias da eleição", foi a manchete da Folha. Ela registrou em editorial que o fato confirmava o "estágio rudimentar em que se encontram as instituições no Brasil".

Para o "Jornal do Brasil", em texto de primeira página, o eleitorado que esperou quase 30 anos para votar está agora, "a 15 dias das urnas, diante de um adversário que esperou, por malícia, um mês e meio de campanha para se apresentar". "O Globo" foi mais adiante e lançou, também em primeira página, um pedido à Justiça

Eleitoral para que não aceite a candidatura, detenha a "processo eleitoral do arrivista", uma "afronta à consciência cívica da nação".

Em "O Estado de S. Paulo" e no "Jornal da Tarde" as reações também foram contundentes. "Piada contra a nação", disse em título de editorial "O Estado". Nele, o matutino ironiza o fato de Sílvio ser um vendedor talentoso e questiona se por isso teria "direito de comprar uma legenda partidária para atender a seu sonho pessoal". No "Jornal da Tarde" um jogo de títulos em letras garrafais dava a medida da recepção da candidatura: a frase "Estamos no fim da picada" (com ponto final) estava em cima de outra: "O homem do Baú pode ser presidente".

"Isto é/Senhor" apresenta Sílvio Santos na sua capa com o bigode de Sarney. A reportagem principal mostra como essa candidatura foi articulada pelo Planalto e diz que pode

ser uma "aventura arriscada para quem a criou". Em editorial, a revista afirma que Sílvio Santos tem o direito a uma candidatura presidencial e a uma carreira política mesmo não sendo do ramo. Mas acha espantoso, imoral e antidemocrático - ainda que legal - que isto possa acontecer a duas semanas do pleito. Define-as como mais um estrago provocado por Sarney.

"Veja" faz uma reportagem de capa tão opinativa quanto a maioria de seus textos, recheados de exemplos de bom senso. Diz que o lançamento dessa candidatura não contribui para a melhoria da eleição, vem na última hora, é fruto de um tráfico de legendas, nasce da espartezia, nasce de uma jogada. Afirma que Sílvio não participou da história da eleição e mostra também as manobras de Sarney para emplacar o candidato. Diz até que Sarney mentiu, por duas vezes. (Folha de São Paulo, 05/11/89)

Washington libera CIA para atuar em golpes

A CIA, principal agência de espionagem e informações dos Estados Unidos, conseguiu, finalmente, resolver o problema legal que a impedia de voltar a participar de golpes de Estado em outros países, nos casos em que a derrubada do governo constituído pudesse resultar no assassinato dos seus líderes. O diretor da agência, William Webster, revelou que o Departamento (ministério) de Justiça emitiu no dia 27 de outubro um documento secreto, dando nova interpretação às restrições legais ao apoio da CIA a conspiradores estrangeiros. A partir de agora, os agentes americanos só não podem ajudar golpistas quando eles mencionarem explicitamente que pretendem matar os dirigentes do governo a ser derrubado.

A revelação de Webster põe fim a uma polêmica que vinha se estendendo por várias semanas em Washington, desde que o governo Bush reclamou que se acumularam tantas exigências do Congresso sobre as ações secretas no exterior que a CIA estava de mãos atadas. O diretor da agência deu uma ampla explicação sobre o assunto, durante

uma conversa com repórteres e editores do jornal *Washington Post*.

Webster contou detalhes até então desconhecidos sobre a tentativa de golpe no Panamá, dia 3 de outubro. Disse que os conspiradores avisaram os americanos, mas não pediram nenhum tipo de ajuda. Queriam "um golpe à moda antiga", sem que ninguém saísse ferido e com garantias para que o general Manuel Noriega passasse dignamente à reserva. No meio do golpe, os rebeldes reafirmaram aos americanos que não lhes entregariam Noriega, que é acusado de traficante de drogas num tribunal dos Estados Unidos. Webster revelou que os golpistas foram tão descuidados que deixaram Noriega num quarto com telefone, de onde ele ligou para amante e para outras pessoas, articulando assim a operação de resgate.

O diretor da CIA disse ter esperanças de identificar os terroristas que puseram um abomba no Jumbo da Pan Am, em dezembro do ano passado, matando seus 259 ocupantes e 11 pessoas na cidade de Lockerbie, na Escócia, sobre a qual o avião caiu. Webster explicou que

a CIA e o FBI têm agora maior flexibilidade de ação para prender terroristas ou foragidos da Justiça americana no exterior, mesmo quando o governo do país estrangeiro não autorizar as atividades dos agentes.

A CIA considera "uma possibilidade muito real" a realização de uma operação para resgatar pelo menos algum dos reféns americanos em poder de grupos extremistas no Líbano. Webster reconheceu, porém, que há uma escassez de informações sobre os reféns e explicou as dificuldades para os agentes da CIA se movimentarem naquele país - citado como o pior lugar do mundo para a ação de agentes secretos.

O diretor da CIA acha que Mikhail Gorbachev conseguiu se consolidar no poder, mas está sofrendo pressões muito fortes para que sua *perestroika* comece logo a mostrar resultados. Mas Webster confirmou que a comunidade de informações americana trabalha com uma análise que prevê a permanência de Gorbachev no poder por pelo menos mais dois anos. (JB, 05/11/89)



Felipe González

Embora por uma escassa cadelra, entre as 350 colocadas em disputa, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) obteve pela terceira vez consecutiva a maioria absoluta do Parlamento, nas eleições realizadas no domingo, dia 29 de outubro. Com isso garantiu um novo mandato de quatro anos para o primeiro ministro Felipe González, no poder há sete, e confirmou uma regra: a da estabilidade dos governos da Europa, onde Margareth Thatcher, na Inglaterra, governa desde 1979, François Mitterrand, na França, desde 1981, e Helmut Kohl, na Alemanha, desde 1982. No Brasil, onde do governo federal ao do mais humilde município as sucessões costumam reservar surpresas, e dificilmente o titular de um cargo executivo faz seu sucessor, passou-se quase a exigir como regra que, onde houver governo, haverá desgaste. Na verdade, não é o governo, em si, que desgasta. O que desgasta é governo ruim. (JB, 31/10/89)

ELEIÇÕES

Vivemos um momento histórico sem paralelos na conturbada vida republicana brasileira. Nada como a experiência das mais democráticas para revelar o que se intentou evitar com todos os golpes, casuísmos e governos autoritários promovido pelas elites de nosso país. O fato de existir hoje, no Brasil, o voto verdadeiramente universal e ampla liberdade político-partidária, já é o bastante para demonstrar a capacidade política das classes populares em se organizar e construir um projeto alternativo de sociedade.

Apesar do poder e do monopólio dos meios de comunicação colocados em favor de algumas candidaturas, da ostentação econômica de alguns partidos e da absoluta falta de tradição democrática em nosso país, não se conseguiu evitar que a única candidatura operária nascida do seio do movimento sindical, conseguisse obter amplo apoio popular a nível nacional, muito menos de se colocar em discussão as reais causas dos principais problemas que afligem, pelo menos, 76% da população brasileira.

Neste sentido, temas e propostas até pouco tempo debatidas apenas pelos setores mais organizados dos movimentos sociais, ganharam grande repercussão nacional, tais como a suspensão

do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a redistribuição de renda, as remessas de capital exterior, a desprivatização do Estado, onde a esquerda conseguiu imprimir à campanha o seu papel politizador e educativo, colocando um outro patamar de discussão para os grandes temas nacionais, obrigando até a candidatos mais conservadores a se pronunciarem a respeito.

Contrariando todas as previsões iniciais, que diziam ser esta uma campanha prioritariamente centrada na mídia eletrônica, através do horário eleitoral gratuito, as candidaturas populares conseguiram colocar a campanha nas ruas e nas praças, realizando enormes comícios e construindo, efetivamente, para o fortalecimento daqueles partidos que realmente existem, resgatando a importância da militância e da participação política, tanto nos grandes centros como nos mais longínquos pontos deste país.

Sem dúvida, e pela própria politização que caracterizou esta campanha eleitoral, a grande maioria da população brasileira tem, hoje, reais condições de escolher uma candidatura comprometida com os seus interesses, além de consolidar efetivamente a aspiração da participação popular nos rumos do poder (Movimento Operário/CEDI)

Reduc mantém presos 300 funcionários

A Petrobrás disse não ao Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias dia 3, em mais uma tentativa da entidade de classe de substituir os trabalhadores retidos, desde segunda-feira, dia 30 de outubro, no interior da Reduc (Refinaria Duque de Caxias). A empresa voltou a exigir a suspensão da greve do pessoal de revezamento de turno da Reduc, condição imposta para a liberação de cerca de 300 trabalhadores mantidos na área de produção.

A greve dos petroleiros da Reduc começou na terça-feira, dia 31, atingindo 1.100 trabalhadores, contra a redução dos salários do pessoal de revezamento de turno. Segundo Gunther Sacic, vice-presidente do Sindicato dos Petroleiros, a Petrobrás diminuiu os salários destes trabalhadores em torno de 33%, desde que implantou a jornada de trabalho de seis horas no dia 28 de outubro.

Para não suspender os serviços de refino, destilação e estocagem de combustível, na área de produção, a Petrobrás decidiu manter o pessoal que havia entrado na véspera da greve, segunda-feira, e deveria largar ao primeiro minuto de terça-feira. Desde então, estes 300 trabalhadores estão retidos na Reduc, recusando-se a dormir nos colchonetes oferecidos pela direção local da empresa.

No dia 3, durante a negociação, os petroleiros chegaram a oferecer uma turma de voluntários, para substituir os colegas, mas a Reduc não aceitou. Preocupado, o dirigente Gunther Sacic disse que os 300 trabalhadores estão exaustos e estressados. "A situação é dramática", adverte. (Última Hora, 4/11/89)

Grevistas do DNER param a Dutra no Rio

Para forçar o governo a negociar uma reposição salarial de 151,54%, referente ao período de janeiro a setembro, os funcionários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) fizeram manifestação na Rodovia Presidente Dutra, uma das principais artérias de escoamento de veículos do Rio de Janeiro, por onde passam diariamente 50 mil carros.

"Se o governo não reabrir as negociações sobre a Medida Provisória nº 95, que concede um abono de 26,06% sobre os salários de novembro e nivela por baixo as gratificações, vamos engarrafar todas as

rodovias federais do país", afirmou o presidente da Associação dos Rodoviários do DNER, Astrogildo Mello. De acordo com o líder grevista, "a Polícia Rodoviária Federal, que tem um efetivo de 10 mil homens em todo o país, pondo em serviço ativo nas estradas 7 mil deles, não tem condições de substituir os funcionários do DNER, cerca de 20 mil em todo o Brasil, que aderiram totalmente à paralisação". Ainda de acordo com Mello, "a Polícia Rodoviária Federal está em greve branca, porque reivindicou isonomia salarial com a Polícia Federal e não levou". (JB, 06/11/89)

Antipolítica

Abaixo o golpe do Baú! (Informe JB, 1º/11/89)

Ego

Do deputado estadual Carlos Minc, do PV, justificando seu apoio à candidatura Lula:

- O problema do Gabeira é que o fracasso lhe subiu à cabeça. (Informe JB, 1º/11/89)

Pilhéria

Do candidato Mário Covas, sobre a candidatura do animador Sílvio Santos:

- É um absurdo que, depois de 29 anos de espera e a 15 dias do pleito, queiram brincar de eleição. (Informe JB, 1º/11/89)

Desafiou

A pesquisa que o Ibope divulgou dia 30, pelo visto, enterrou de vez a candidatura Afif.

Ele obteve 4% da intenção de votos, sendo ultrapassado até mesmo pelo deputado Ulysses Guimarães, com 5%. (Informe JB, 1º/11/89)

Retrato do Brasil

A menos de duas semanas do Centenário da República, o governo não liberou os NCz\$ 15 milhões para as comemorações.

A justificativa é que a área do orçamento e finanças do governo está em greve. (Informe JB, 1º/11/89)

Quem é quem

O PMB, que está abrigando a candidatura Sílvio Santos, é o mesmo partido que abrigou o ex-ministro Aníbal Teixeira - indiciado ano passado pela Polícia Federal por corrupção - na disputa pela Prefeitura de Belo Horizonte nas últimas eleições.

Ele conseguiu 26.191 votos, entre os 1.041.920 apurados na capital mineira. (Informe JB, 1º/11/89)

Reta final

O candidato Luís Inácio Lula da Silva vai encerrar sua campanha no Rio dia 10, às 17h, na Candelária.

O mesmo palco do grande comício das Diretas em 1984, que segundo estimativas teria reunido 1 milhão de pessoas.

O mote é "Quem vota no Lula vai à Candelária. Quem está em dúvida será muito bem recebido". (Informe JB, 1º/11/89)

Golpe

Comentário seco do deputado Paulo Delgado (PT-MG), depois de confirmada a renúncia do pastor evangélico e candidato do PMB à Presidência da

República, Armando Corrêa, em favor do apresentador de televisão Sílvio Santos:

- O Corrêa é pragmático. Acende uma vela a Deus e outra ao Satanás.

Não satisfeito, emendou:

- Foi o maior golpe do Baú. (Informe JB, 1º/11/89)

Transformismo

De Delfim Netto: "Com a entrada do Sílvio Santos, o Collor vai virar Afif". (Painel FSP, 1º/11/89)

Outro ramo

O deputado Benito Gama (PFL-BA) acha que Sílvio Santos deveria pedir registro de sua candidatura na Junta Comercial e não no TSE. (Painel FSP, 1º/11/89)

Barrados

Há rumores em Brasília de que os ministros Jáder Barbalho e Íris Rezende estariam dispostos a apoiar Covas. Setores do PSDB já estão assestando as metralhadoras contra a idéia. (Painel FSP, 1º/11/89)

Ministério

Covas já conta com o apoio explícito de Dorothea Werneck e a simpatia de Mailson da Nóbrega e João Batista Abreu. (Painel FSP, 1º/11/89)

Conversão

De Cláudio Lembo: "De tanto falar em microempresário o Afif virou microcandidato". (Painel FSP, 1º/11/89)

Gancho

De Ricardo Kotscho sobre o risco de Lula virar o capitão Gancho: "Este perigo só existiria se pusesse a mão no fogo por Maluf e isso não vai acontecer". (Painel FSP, 1º/11/89)

Dia dos Mortos

Da deputada Cristina Tavares (PSDB-PE) sobre o "Dia Nacional do PMDB", dia 30: "Eles erraram a data. Devia ser quinta-feira", dia de Finados. (Painel FSP, 1º/11/89)

Voto escolar

Uma prévia eleitoral marcou o fim do Congresso Estadual Anual da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apcoesp). O voto de 880 professores se distribuiu em 67% para Luís Inácio Lula da Silva, 18% para Mário Covas, 5% para Roberto Freire, 2% para Leonel Brizola.

Paulo Maluf e Afif Domingos empataram em 1,5%. (Canal 3, OESP, 31/10/89)

Ataque yankee

Paulo Maluf disse dia 30 a empresários, em Campinas, que a política o irritou apenas uma vez:

- Meu filho Otávio era pequeno e queixou-se de que os jornais só me atacavam. Certo dia recebi o governador de Wisconsin, que mandou depois um jornal americano, relatando a visita e citando meu nome. Para minha surpresa, meu filho, que não sabia inglês, pegou o jornal e veio me perguntar - Ué, pai, agora até jornal americano xinga o senhor? (Canal 3, OESP, 31/10/89)

Mensagem

Entre as homenagens que recebeu dia 27 por seu aniversário, a que mais emocionou o candidato Luís Inácio Lula da Silva chegou através de um telegrama. Dizia assim: "Não são covardes os que perdem, covardes são os que não lutam, com medo de perder".

Assina a mensagem a jovem Lurian, 15 anos, a filha recém-revelada por Lula. (Canal 3, OESP, 31/10/89)

Só depois

Do ministro Saulo Ramos, dia 30 em Ribeirão Preto quando alguém ponderou que a condição de faixa-preta do candidato Fernando Collor poderia estimular seus seguranças à violência:

- Ele não é faixa-preta, é caixa-preta. E o povo só vai conhecer seu conteúdo depois do desastre. (Canal 3, OESP, 31/10/89)

Sem debate

Nada de novo no front.

Como era de se esperar, a TV Globo deu pra trás.

Debate, só no segundo turno.

Na interpretação da emissora, "é candidato demais para empilhar num estúdio".

Ah, bom! (Informe JB, 31/10/89)

Temor

O grande empresário anda assustado com um detalhe que passou meio despercebido na pesquisa da Toledo & Associados, publicada na *IstoÉ*.

É um empate entre Collor e Lula num eventual segundo turno, cada um com 43% dos votos.

Todas as pesquisas anteriores mostravam o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, imbatível no segundo turno contra todos os candidatos - à exceção de Mário Covas. (Informe JB, 31/10/89)

Fim de mundo

Negociadores da Costa do Marfim foram a Paris renegociar a dívida externa deste país africano.

O mais alto funcionário francês na reunião chegou de metrô. Os africanos desembarcaram de reluzentes Mercedes.

Deve ser terrível viver num país pobre onde o governo esbanja dinheiro público. (Informe JB, 5/11/89)

Eleições 90

A candidatura do ex-ministro Waldir Pires ao governo do Rio na eleição de 3 de outubro do ano que vem tem simpatizantes em três partidos.

PSDB, PMDB e PDT. (Informe JB, 5/11/89)

Miudinho

É de Goiás o menor colégio eleitoral brasileiro.

O município de Montevidéu, que tem apenas 452 eleitores. (Informe JB, 5/11/89)

Tirar o dedo

Samuel está sendo aconselhado por amigos a evitar novos envolvimento diretos com a sucessão. (Painel FSP, 6/11/89)

Atrapalha

O argumento desses amigos é que episódios como o de Sílvio Santos não ajudam a imagem externa de quem já pensou um dia em se tornar secretário-geral da ONU. (Painel FSP, 6/11/89)

Injustiça

Ouvido no Planalto: "A imprensa está sendo impiedosa com o Sílvio Santos. Se há uma coisa de que ele não pode ser acusado é não ter programa..." (Painel FSP, 6/11/89)

Pergunta

De um deputado quercista, sobre a investida do PSDB para obter apoio de governadores do PMDB a Covas: "Mas os 'tucanos' não saíam do PMDB para evitar a convivência com a direita do partido?" (Painel FSP, 6/11/89)

Inútil

De Augusto Marzagão, sobre o "embolamento" da disputa presidencial: "Daqui para frente, será comprovada a inutilidade do voto útil". (Painel FSP, 6/11/89)

Burrice

Ao retornar ao Brasil e conhecer o novo quadro eleitoral, um velho político observou: "Não se deve subestimar a TNB, Taxa Nacional de Burrice". (Painel FSP, 6/11/89)

"Button"

Durante a passeata em Presidente Prudente, Covas comprou um "button" da campanha de Lula em banca do PT. A peça custava NCz\$ 2,00 e ele pagou NCz\$ 10,00, colocando-a no bolso. Foi aplaudido pelos militantes dos dois partidos. (Folha de São Paulo, 5/11/89)

BARRAGENS

Falta de verba em Xingó reúne 3.500 em protesto

Com faixas e cartazes, com palavras de ordem contra o governo federal e num clima de muita revolta, cerca de 3.500 pessoas reuniram-se dia 30 no centro comercial do bairro Xingó, município de Piranhas - a 310 quilômetros de Maceió - para protestar contra a falta de verbas, que está paralisando as obras da Usina Hidrelétrica de Xingó, considerada a maior obra do governo José Sarney.

O ato público foi organizado pela Comissão Comunitária de Apoio a Xingó, que congrega profissionais liberais de Alagoas, Sergipe e Bahia, e contou com o apoio da Chesf, do consórcio de empreiteiras de Xingó e das prefeituras vizinhas de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Cavado (AL), Paulo Afonso (BA) e Canindé (SE).

Até o dia 30 já haviam sido demitidos pelo consórcio de empreiteiras (CBPO, Constran e Mendes Júnior - 1.734 funcionários, de um total de 2.804 contratados que existiam no início de setembro.

Segundo o presidente do consórcio de empreiteiras, Ruitter Nilo Campos, mais 750 funcionários serão demitidos até o final desta semana, ficando apenas 320 no canteiro de obras, em trabalhos de manutenção. Em Xingó, todos os trabalhos já estão paralisados, porque não há material para tocá-los.

Conforme o engenheiro-chefe do Departamento de Obras de Xingó, João Paulo Maranhão de Aguiar, a Chesf vai garantir moradia e acesso à alimentação, educação, saúde e lazer a todas as 3.200 pessoas residentes no acampa-

mento de Xingó até o final do ano. Assim como dará prioridade aos trabalhadores afastados, "à medida em que os trabalhos de construção sejam reiniciados, ou seja, quando o governo federal liberar os recursos necessários". Atualmente a Chesf deve US\$ 138 milhões ao consórcio de empreiteiras de Xingó e a obra custará US\$ 2,5 bilhões. (JB, 31/10/89)

● Atualmente o Setor Elétrico busca financiamento externo para o início de novas hidrelétricas, muitas das quais com desastrosos efeitos sócio-ambientais. Isto, antes mesmo de concluir obras já iniciadas ou ainda, sem resolver as questões sociais e ambientais provocadas por outras já construídas, como Itaparica. (MC/I)

Itaparica ameaça deixar 40 mil sem moradia

Dois anos depois de concluir um complicado processo de negociação com 5.600 famílias atingidas pelo enchimento do lago de 11 bilhões de litros de água e 150 quilômetros de extensão, a Chesf corre o risco de ver a usina hidrelétrica de Itaparica imersa em grave convulsão social: Sem dinheiro para pagar as empreiteiras, às quais deve NCz\$ 92 milhões, a empresa não conseguiu terminar a parte mais importante da obra, do ponto de vista social: o reassentamento das quase 40 mil pessoas, a maioria trabalhadores rurais. O lago de Itaparica fez desaparecer quatro cidades em Pernambuco e Bahia.

Os seis projetos de irrigação idealizados pela Chesf para abrigar esses camponeses deveriam ter ficado prontos em fevereiro deste ano. Não ficaram, e a Chesf já fala sobre um novo prazo, junho do ano que vem, mesmo assim para concluir apenas 30% dos 20 mil

hectares irrigados que constituem o projeto. Enquanto isto, os trabalhadores rurais vivem à custa de uma verba de manutenção temporária, que seria de dois salários mínimos e meio e hoje é de 150 BTNs - NCz\$ 756,51 - por família. Com a diminuição do ritmo das obras, as empreiteiras passaram a demitir pessoal. Desde a semana passada, 250 funcionários das consultoras Hidroservice e Themag estão de aviso-prévio. São essas pessoas - técnicos agrícolas, assistentes sociais e professores - que servem de "entrechoque", negociando com os agricultores em nome da Chesf.

- Já estávamos sentados em um barril de pólvora. A crise financeira acaba de acender o estopim - adverte o chefe do Departamento de Implantação de Reservatórios da Chesf, Evaristo José Cavalcanti. (JB, 5/11/89)

● Desde 1979 os camponeses atingidos pela construção da hi-

drelétrica de Itaparica (BA/PE) se organizam para lutar por seus direitos. Depois de mobilizações e pressões sobre a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), conseguiram forçar a aprovação de um acordo em 1986, que garantia o reassentamento dos 40.000 camponeses em áreas irrigadas. No entanto, a CHESF não cumpriu o acordado. Os camponeses aguardam o reassentamento sem poder exercer sua atividade básica: a agricultura. Milhares de pessoas expulsas das terras férteis das margens do rio São Francisco aguardam, no árido solo do sertão, condições mínimas de trabalho. Segundo a CHESF, somente em 1992 ou 1993 os reassentamentos com irrigação estarão concluídos. Até lá, os camponeses esperam, os suicídios por desespero aumentam e continuam a sobreviver com um "salário" de NCz\$ 756,51 por família. (MC/I)

ELEIÇÕES

BARRAGENS

O Plano 2010 da Eletrobrás, o plano de expansão do Setor Elétrico no Brasil, aponta como opção de geração de energia elétrica a construção de grandes barragens. Somente nos próximos 20 anos seriam construídas cerca de 165 grandes hidrelétricas, inundando área equivalente à Suíça, deslocando milhares de camponeses, atingindo povos indígenas, reservas florestais e terras das mais férteis do país. Isto é, a implantação do Plano 2010 implica em um verdadeiro desastre sócio-ambiental comandado pelo governo federal.

A necessidade de um rápido aumento na geração de energia elétrica aparece como um dos "consensos" no discurso dos candidatos à presidência da República. No entanto, as alternativas na geração de energia visando evitar grandes impactos sociais e ambientais, ou

ainda, o incentivo à conservação como uma forma mais econômica de "produzir" energia elétrica, diferencia o programa de ação de cada candidato.

Os efeitos perversos das grandes hidrelétricas já são conhecidos por todos. Deslocamento compulsório de milhares de camponeses, povos indígenas, a inundação de terras férteis e reservas florestais, são apenas alguns dos resultados. E, cabe destacar, muitas questões sociais (reassentamentos, indenizações etc) das hidrelétricas já construídas não foram resolvidas. Assim, o questionamento do Plano 2010 da Eletrobrás, que aponta as grandes hidrelétricas como a opção para a geração de energia elétrica no país, e a busca de formas alternativas, levando em consideração o interesse da população atingida, aparece como fundamental. (MC/I-CEDI)

Produção de gusa de Grande Carajás é inviável

Somente o próximo presidente da República poderá resolver o problema criado com a devastação anual de 400 km de florestas nativas ao longo da ferrovia Ferro-Carajás, na Amazônia, para fazer o carvão vegetal utilizado como matéria-prima por quatro usinas de gusa instaladas na região. Estudo realizado pelo professor Manfred Nitch, coordenador do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, garante que o programa implantado pelo governo brasileiro na região, além de ser devastador do ponto de vista ecológico, é inviável considerando seus aspectos econômicos.

"O programa poderá comprometer irreversivelmente as florestas apenas para manter em funcionamento um grupo de 22 usinas de gusa que estão sendo montadas na região com subsídios governamentais", explica o professor Nitch, que enviou cópia do seu trabalho à Companhia Vale do Rio Doce - a maior

estatal brasileira operando na área.

Para produzir uma tonelada de ferro-gusa, que é vendido no mercado externo por US\$ 110, as quatro usinas que já estão operando na região - Pindaré, Viena, Cosipar e Simara - precisam de uma tonelada de carvão. O problema é que esse carvão, além de ser resultado da queima de 3t de madeira nobre extraída da floresta, tem um preço no mercado externo muito superior ao do ferro-gusa.

No Porto de São Luís, no Maranhão, cada tonelada de carvão está cotada entre US\$ 100 e US\$ 200, enquanto no mercado *spot* de Roterdã a tonelada do mesmo produto pode chegar a US\$ 300. De outro ângulo: se decidissem vender apenas a madeira que derrubam ou o próprio carvão, as usinas conseguiriam muito mais dólares do que com a produção de ferro-gusa.

O responsável direto pelo crime ecológico e econômico cometido contra as florestas tro-

picais daquela região é a secretaria do Programa Grande Carajás, segundo conclusão do estudo do professor Nitch. Com 900.000 km a Grande Carajás é quase um território livre, já que não está vinculada administrativamente a quaisquer dos estados que influencia: Pará, Goiás e Maranhão. Além disso, a secretaria administra a região com incentivos fiscais e investimentos públicos (totalizando US\$ 13 bilhões desde a sua criação em 1980) em decisões tomadas por um Conselho interministerial comandado atualmente pelo secretário-executivo, Francisco de Sales Baptista Ferreira.

Curiosamente, a Companhia Vale do Rio Doce não tem assento no Conselho. A Vale, segundo vários ecologistas, tem inclusive uma responsabilidade indireta na devastação praticada na área, já que é sócia de uma das unidades de gusa - a Cosipar - e vende o minério de ferro utilizado pelas outras usinas para a fabricação do gusa. (JB, 5/11/89)

Cientista descobre carta inédita de Chico Mendes

Em 21 de abril de 1987, o então desconhecido líder seringueiro Francisco Alves Mendes Filho enviou da cidade de Xapuri (AC) ao Senado Federal, como contribuição à Assembléia Nacional Constituinte, uma carta onde rascunhou seus ideais de legislação ambiental para o país. Defendeu a demarcação das áreas indígenas e pediu o fim dos grandes projetos agropecuários e minerais que provocassem a devastação da floresta amazônica. No dia 22 de dezembro do ano passado, o seringueiro foi assassinado por defender essas idéias e só então o país passou a conhecer Chico Mendes. Esquecida na imensa Biblioteca da Câmara dos Deputados, a carta inédita, escrita a mão, foi descoberta por acaso por quatro cientistas sociais que estão pesquisando as propostas populares enviadas à Constituinte.

A carta foi encontrada, dois anos e seis meses depois de escrita, pela cientista política Flávia Impelzriere, que, com outros três pesquisadores, forma um grupo que desde 17 de outubro estuda as 73 mil sugestões enviadas de todo o país à Assembléia Nacional Constituinte. A existência da íntegra de todas as sugestões armazenadas em um programa exclusivo criado pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), batizado de Sugestões do Cidadão para a Constituinte (SAIC), permitiu que os cientistas localizassem por acaso a carta de Chico. "Foi um prazer descobrir esse documento", conta o francês Stéphane Monclaire, professor de Ciência Política

da Universidade da Sorbonne, em Paris, e coordenador do grupo.

A carta foi escrita num formulário distribuído pelo Prodasen na agência postal de Xapuri, de onde vieram mais seis cartas. Ele informou que morava na zona rural, tinha o segundo grau incompleto, não possuía rendimentos e que o seu ramo de atividade era o setor extrativista vegetal. A carta foi catalogada pelo Prodasen o assunto



Chico Mendes

Meio Ambiente, mas seu original foi esquecido na Biblioteca da Câmara dos Deputados.

Sabedoria

Afirmando que a floresta amazônica "é patrimônio da nação brasileira", Chico Mendes redigiu os princípios básicos de um capítulo ambiental para a nova Carta. Propôs o veto a todos os projetos de desenvolvimento "que representassem riscos de devastação" para a região, como os grandes projetos agropecuários e minerais, excetuando aqueles com monopólio estatal fiscalizados pelos próprios trabalhadores locais. Para Chico, todo desenvolvimento da região dependeria do "aproveitamento da sabedoria das populações da

floresta", como os índios, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e outros trabalhadores extrativistas.

De acordo com sua proposta, a preservação da floresta amazônica seria possível através da criação de Reservas Extrativistas em áreas escolhidas pelos trabalhadores, consideradas patrimônio da União e de usufruto vitalício e transferível aos descendentes dos habitantes das florestas. Chico Mendes dedica grande parte da carta à questão indígena: pedia a garantia de demarcação das áreas indígenas, incluindo aquelas situadas em zonas fronteiriças e a proibição de lavras de garimpos em seus limites. Finaliza propondo a garantia, pelo Estado, da comercialização da produção extrativa da região. A redação dada por Chico Mendes não é colloquial. Suas sentenças parecem artigos de um texto constitucional.

Os quatro cientistas - Stéphane, Flávia, Clóvis de Barros Filho, cientista político de São Paulo, e Maria Izabel Santos Magalhães, professora de linguística da Universidade de Brasília (UnB) - terminarão seus trabalhos dentro de um mês e em seguida editarão um livro sobre as propostas populares para a Constituinte, que incluem, entre outras, 614 sugestões de analfabetos. Os cientistas não entendem como a carta de Chico Mendes passou despercebida em todas as fases da Constituinte.

"Talvez não tenham dado importância ao Chico Mendes naquela época porque ecologia ainda não era moda e o líder seringueiro ainda não havia morrido", diz Stéphane. (Ricardo Miranda Filho e Gisele Arthur, JB, 05/11/89)

Funai: 3 índios são mortos no garimpo em Roraima

De três a cinco índios Yanomami foram mortos e três garimpeiros ficaram feridos em um conflito na quarta-feira, dia 1º numa reserva indígena em Roraima. Na batalha, segundo a Funai, os índios foram agredidos a tiros pelos garimpeiros e reagiram com armas de caça. O Procurador Geral da Funai, Ovídio Martins de Araújo, disse que os ânimos estão exaltados desde que a Justiça Federal exigiu a retirada dos 42 mil garimpeiros que exploram ouro e casiterita em reservas indígenas.

Dia 3, a Funai fez um sobrevôo na

região. Os garimpeiros interditaram a pista próxima à aldeia Geresmias onde se deu o conflito, para impedir a entrada da Funai e da Polícia Federal. Informes obtidos no dia 3 garantem que os Yanomami, revoltados, estão fazendo disparos contra áreas de garimpo.

-Ninguém atirou em índio. O que houve foi um conflito entre garimpeiros - jura o ex-presidente do Sindicato dos Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado. Pela versão de Altino, um garimpeiro conhecido como "Burro Velho" atirou contra uma cabana e

feriu três pessoas. As pistas interditadas, segundo Altino, visavam impedir que "Burro Velho" fugisse. Como contou, dia 3, mais de cinco mil garimpeiros fizeram uma manifestação na capital, Boa Vista, contra a liminar da Justiça.

A Funai disse que os corpos dos índios não puderam ser resgatados porque os garimpeiros bloquearam a única passagem que dá acesso ao local. A Força Aérea Brasileira não foi acionada pela Funai. Segundo Ovídio Martins, porque a FAB geralmente não atende os pedidos de colaboração. (O Globo, 04/11/89)

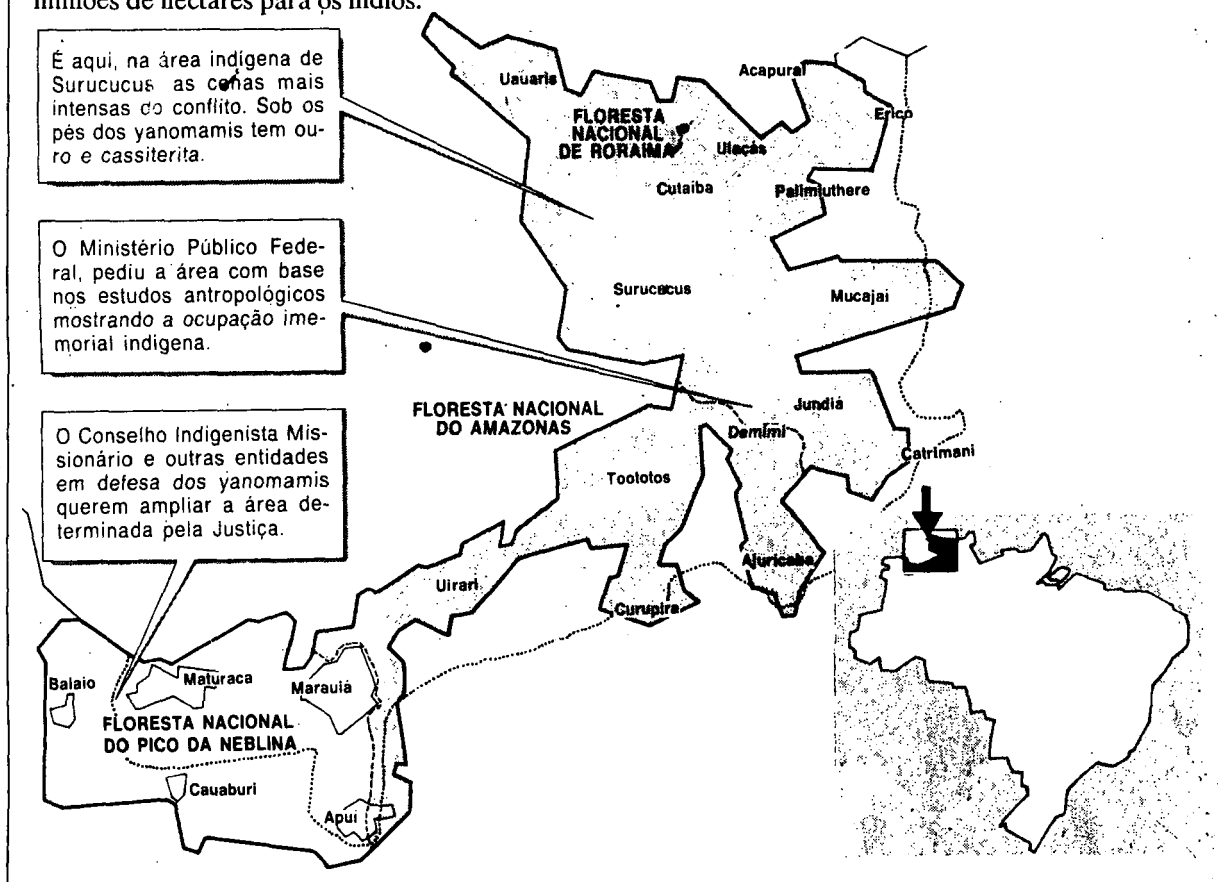
As cobiçadas terras dos índios Yanomami

Foi declarada guerra nas terras Yanomami, pelos 42.000 garimpeiros que querem tirar o ouro que está sob os pés dos índios. A justiça interditou 9,41 milhões de hectares em Roraima e Amazonas, tornando sem efeito dois decretos-leis do presidente Sarney que demarcaram 19 áreas descontínuas, totalizando 2,4 milhões de hectares para os índios.

É aqui, na área indígena de Surucucus as cenas mais intensas do conflito. Sob os pés dos yanomamis tem ouro e cassiterita.

O Ministério Público Federal, pediu a área com base nos estudos antropológicos mostrando a ocupação imemorial indígena.

O Conselho Indigenista Missionário e outras entidades em defesa dos yanomamis querem ampliar a área determinada pela Justiça.



Funai terá que interditar estrada na terra dos Waimiri

O subprocurador-geral da República, Carlos Victor Muzzi, solicitou ao presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Íris Pedro de Oliveira, a imediata interdição da estrada "ilegalmente construída" pela empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda. na área indígena dos Waimiri-Atroari (Amazonas e Roraima). O subprocurador também pediu a nulidade dos contratos com empresas do grupo Paranapanema permitido

atividades de mineração na reserva.

De acordo com o procurador-geral da Funai, Ovídio Martins de Araújo, foi requisitada a presença em Brasília de representantes da Timbó para serem comunicados do desejo de interdição de trânsito na região.

"Se a empresa for contrária, vai ser preciso ação da Polícia Federal", afirmou Araújo.

Sobre a anulação dos contratos com o grupo Paranapanema, o sub-

procurador não soube determinar que medidas podem ser adotadas. Araújo acha "mais premente a interdição da estrada". Além disso, explica que a anulação depende do parecer do departamento jurídico da Funai.

O contrato com a Timbó é de 1981 e os contratos com as várias empresas do grupo Paranapanema foram assinados na gestão de Romero Jucá Filho, antes da atual. (Folha de São Paulo, 1º/11/89)

Garimpeiros desafiam ordem de retirada em Roraima

O Coordenador da Comissão Coordenadora Pró-Garimpo - que reúne diversos sindicatos de garimpeiros de Roraima -, Válder Andrade, disse dia 5 que os trabalhadores do setor estão dispostos a se deitarem em muitas das 120 pistas de pouso do Estado caso a Funai insista em cumprir a determinação de bombardear as pistas para forçar a retirada dos garimpeiros de reservas indígenas.

A decisão de bombardear as pistas foi anunciada pelo Presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, como forma de cumprir a medida cautelar concedida pelo juiz Novelli Vilanova da Silva Reis, da 7ª Vara

Federal. A decisão do Juiz, segundo Válder Andrade, aumenta de 2,5 milhões para 9,5 milhões de hectares o território indígena no Estado.

- O clima está tenso e estamos em pé de guerra. Queremos a demarcação das terras, mas esse território é maior do que três Estados brasileiros e do que vários países da Europa - assegurou o garimpeiro.

No entender de Válder Andrade, as pressões que os garimpeiros estão sofrendo para deixar as minas de ouro e cassiterita de Roraima partem principalmente da mineradora Paranapanema, que, segundo ele, possui uma concessão para a

exploração de uma das maiores jazidas de cassiterita do Mundo e que fica naquele Estado. A Igreja local, segundo Válder, estaria participando dessas pressões sob a alegação de proteger os direitos dos Yanomami.

Segundo os cálculos de Válder Andrade, cerca de 300 mil pessoas vivem do garimpo em Roraima. Se os 45 mil garimpeiros fossem expulsos das reservas indígenas, segundo ele, o Estado "se transformaria em um Vietnã, pois os garimpeiros estão dispostos a reagir até mesmo contra o Exército para garantir o sustento de suas famílias". (O Globo, 6/11/89)

Operação fracassa e malária ainda mata índios

Foi um absoluto fracasso a operação montada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para combater a malária nas áreas indígenas de Roraima: as notícias chegadas dos locais para onde as equipes se dirigiram dão conta de que nos últimos dias já morreram cerca de 40 índios adultos e 10 crianças vitimadas pela malícia. Os enviados da Funai, informam pilotos que vieram da região, sequer conseguiram atingir as malocas infectadas.

O delegado da Funai em Boa

Vista, José Maria Nascimento, reconhece que a Funai não tem estrutura para atender à emergência para a qual foi chamada. Nos locais de garimpo, os corpos achados nas matas são devolvidos às tribos para os funerais, enquanto na Casa do Índio, espécie de quarentena mantida a seis quilômetros do Centro de Rio Branco, onde só um médico e uma atendente socorrem os Yanomami lá recolhidos.

Nascimento informa ainda que são 60 as áreas indígenas identi-

ficadas pela Funai infectadas pela malária, que acompanha os garimpeiros, pois onde eles se instalam passa a haver águas paradas, por exemplo, onde proliferam os mosquitos condutores da doença. Em 1º de setembro eram 17.500 os garimpeiros doentes e a Sucam, do Ministério da Saúde, montou uma verdadeira operação de guerra para atacar a doença, com dinheiro do Banco Mundial, mas a operação também fracassou, como a da Funai hoje, e a doença continua se espalhando. (JB, 1º/11/89)

Eleição mostra a divisão ideológica na Igreja

Poucas vezes em sua história o clero brasileiro mostrou tão claramente quanto agora sua divisão ideológica. Bispos e padres se manifestam publicamente em defesa de candidatos, mostrando que, na Igreja, há espaço para todos os segmentos ideológicos.

Emitindo notas oficiais, a presidência da CNBB diz que a Igreja não tem partidos, não indica candidatos e limita-se apenas esclarecer os pontos fundamentais que devem estar incluídos nos programas dos candidatos.

Recentemente, os bispos de Caxias (RJ), dom Mauro Morelli, e de Juazeiro (BA), dom José Rodrigues, apareceram no programa do horário gratuito do PT defendendo Luiz Inácio Lula da Silva como o candidato que mais atende aos princípios éticos apontados pela Igreja. Estes pronunciamentos foram suficientes para provocar a ira

do setor conservador da Igreja. O bispo de Novo Hamburgo (RS), dom Boaventura Kloppenburg - que manifestou interesse em conhecer pessoalmente o candidato pelo PSD, Ronaldo Caiado - disse que a indicação de candidatos vai "inteiramente contra as propostas cristãs da Igreja".

Em sua opinião, a participação do episcopado em campanhas políticas "é abuso de poder porque, de qualquer maneira, tira a liberdade do cristão de escolher livremente".

Esta opinião é contestada pelo presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Augusto Rocha, bispo de Picos (MA), outro petista declarado. Em sua opinião, a Igreja deve ajudar na conscientização política.

- Nas cartilhas elaboradas pela CPT mostramos o perfil de todos os candidatos. Se os fiéis identificam Lula como o melhor candidato den-

tro desta análise é porque, livremente, fizeram sua opção - prosseguiu dom Augusto Rocha, esquivando-se, entretanto, de comentar o fato de as cartilhas políticas limitarem-se a destacar qualidades apenas no perfil do candidato petista. O candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, recebeu, em abril passado, o apoio do bispo auxiliar do Rio, dom José Carlos Lima Vaz, que decidiu declarar seu voto em entrevista durante a reunião do episcopado em Itaici. O tucano Mário Covaś é apoiado, entre outros, pelos bispos de João Pessoa, dom José Maria Pires de Bragança (PA), dom Miguel Giambelli; e o bispo auxiliar de São Paulo, dom Celso Queiróz.

No Rio Grande do Sul, o candidato Leonel Brizola, que já governou o Estado, conta com a adesão de grande número de padres. (O Globo, 07/11/89)

"Igreja Eletrônica" pode ser punida por calúnia

O Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, encaminhou despacho à seção da Procuradoria no Rio de Janeiro pedindo abertura de inquérito contra as igrejas do ramo pentecostal, conhecidas como "igrejas eletrônicas", por calúnia e difamação aos cultos afro-brasileiros.

Foram citados no despacho os pastores evangélicos Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, do Rio, e Gilmar Teixeira Rosas, da Universal do Reino de Deus, de Salvador.

Com isso, o Procurador reconheceu as denúncias do Inarab (Instituto de Articulação das Religiões Afro-Brasileiras), de Meriti. Através do dossiê A Guerra Santa Fabricada, a instituição reu-

niu provas contra as igrejas pentecostais, tendo por base um estudo jurídico da questão e recortes de jornais sobre o assunto. Os dois pastores estão sendo arrolados no inquérito com base nos Artigos do Código Brasileiro de Telecomunicações (abuso do exercício da radiodifusão) e 208 do Código Penal (impedir ou perturbar cerimônia religiosa).

A seção da Procuradoria da República, no Rio de Janeiro, já designou a promotora Célia Regina de Souza Delgado para acompanhar o inquérito e deverá dentro dos próximos dias chamar o pastor Edir Macedo para depor, enquanto a seção baiana fará o mesmo com o pastor Gilmar Teixeira Rosa. O inquérito foi avocado para o gabinete de Jun-

queira Alvarenga, em Brasília, que deverá também incluir outros casos no Brasil de agressões às religiões afro-brasileiras.

As denúncias foram respaldadas também pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em carta ao presidente do Inarab, Jairo Pereira de Jesus, que há 3 anos vem reunindo documentos sobre as agressões aos terreiros e filhos de santo do Candomblé e Umbanda.

Entre as agressões constam violências físicas contra membros das religiões afro, tentativas de invasão de terreiros, livros anunciando ligações do Candomblé com o diabo e programas radiotelefônicos nos quais as religiões afro são vilipendiadas. (O Dia, 4/11/89)

ELEIÇÕES

Pontos programáticos por um governo comprometido com as transformações no campo:

a) Realização da reforma agrária comprometida com a desapropriação e confisco de terras ociosas e de terras cujo proprietário não cumpra os direitos trabalhistas nem os compromissos financeiros com o Estado;

b) Reordenamento da política agrícola no sentido de privilegiar produtos de abastecimento da ampla maioria da população, priorizando os pequenos e médios produtores;

c) Implementar de forma rigorosa a fiscalização sobre o cumprimento da legislação trabalhista no campo, penalizando os proprietários com elevadas multas, corte de créditos bancários e desapropriação das terras;

d) Retirada imediata dos privilégios bancários que beneficiam os grandes produtores e execução imediata das dívidas dos grandes produtores rurais com o Estado;

e) Condicionar o desenvolvi-

mento da agricultura à preservação do meio ambiente, punindo rigorosamente os empresários que desrespeitam a ecologia;

f) Garantir a livre participação dos trabalhadores em todas as instâncias de elaboração e execução de políticas que refletem direta ou indiretamente na agricultura;

g) Comprometer-se com a punição dos executores e mandantes dos crimes e assassinatos contra trabalhadores, lideranças sindicais, religiosos e com o reaparelhamento do judiciário, dotando-o de maior agilidade para o julgamento dos processos em curso;

h) Comprometer-se com as garantias dadas por lei para que os dirigentes sindicais possam realizar suas funções de fiscalização das condições de trabalho no interior das propriedades.

Somente um partido comprometido com o cotidiano da luta dos trabalhadores poderá implementar tais transformações, criando condições para construção de uma sociedade mais justa. (MC/I-CEDI)

Bóia-fria em S P já recebe semanalmente

Já existe pelo menos uma categoria profissional recebendo pagamento semanal de salários. Não são metalúrgicos, nem químicos, nem papeleiros ou bancários, que têm ficado à frente das conquistas salariais. Toda sexta-feira os 1.800 bóias-frias da usina Esther, localizada em Cosmópolis, a 442 quilômetros de São Paulo, recebem o pagamento referente à cana cortada durante a semana.

O direito foi conquistado depois de uma greve de 22 dias, entre 14 de junho e 6 de julho deste ano. O movimento foi marcado pela tensão entre os podões (assalariados rurais que trabalham na poda da cana-de-açúcar) e a usina. A presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis, Carlita Satou, chegou a ser sequestrada e ficou detida durante um dia em uma fazenda sem poder se comunicar com os bóias-frias. (JB, 5/11/89)

Fazendeiro ataca dois missionários na Bahia

O fazendeiro Arlindo Rodrigues dos Santos, conhecido como *Arlindo Caica*, ajudado por alguns capangas, emboscou um automóvel Brasília da Paróquia de Jacobina (BA), atirou nos dois missionários leigos que a ocupavam e sequestrou um deles, Juvêncio Alves de Souza, 40 anos, ferido a bala. Tiros no tanque de gasolina incendiaram o veículo da Igreja. O outro missionário, Geraldo Bonfim de Oliveira, conseguiu fugir.

Segundo o padre José Hehenberg, da Paróquia de Jacobina, o atentado deve ser represália contra a atuação dos missionários junto aos lavradores sem

terra. *Arlindo Caica* é acusado de *grilar* terras e de ter mandado matar dois trabalhadores rurais há um ano.

A Brasília foi interceptada na estrada que liga Jacobina a Várzea Nova, na Chapada Diamantina, por uma caminhonete Chevrolet D-20 dirigida pelo fazendeiro, que desceu atirando. Juvêncio, ferido na barriga, ainda conseguiu chegar a uma casa próxima, mas *Caica* arrombou a porta e arrastou o missionário, jogando-o na carroceria da caminhonete. Em seguida, arrancou em alta velocidade com o veículo, em direção a sua fazenda Parque Adriano, localizada a

um quilômetro da entrada do distrito de Lages do Batata.

De acordo com o padre Hehenberg, há um antigo litígio com relação à Fazenda Piedade, no distrito de Lages do Batata (a 360 quilômetros de Salvador), que pode explicar o atentado. De um total de 606 hectares que constituem a fazenda, um quarto foi doado por seu legítimo dono, Liberato Joaquim Alves, à Associação Comunitária de Tiradores de Areia e Pedra da Estrada Boiadeiro. Mas *Caica*, que havia invadido a maior parte da área, não admite que os trabalhadores ocupem a parte improdutiva. (JB, 1º/11/89)